

AS CRÔNICAS E AS CHANCELARIAS RÉGIAS: A NATUREZA E OS PROBLEMAS DE APLICAÇÃO DAS FONTES MIEIEVAIS PORTUGUESAS

*Fátima Regina Fernandes**

Resumo: Este trabalho pretende abordar as fontes documentais medievais portuguesas escritas disponíveis nos dias de hoje. A forma como foram organizadas em acervos e coleções, a dimensão dos materiais perdidos e as razões destas perdas, umas acidentais outras intencionais. Outro aspecto explorado diz respeito à crítica interna que deve ser aplicada na análise do conteúdo destes materiais, assim como as habilidades necessárias àqueles que desejem manuseá-las. A consciência da natureza destas fontes como elaborações discursivas e legitimatórias, em muitos casos visando a construção de modelos ideais de conduta e ética em benefício de determinado grupo pretende ser outro aspecto abordado neste trabalho. Assim como as potencialidades e limites da metodologia proposográfica na transposição destes filtros idealizadores.

Palavras-chave: Fontes medievais portuguesas; Prosopografia medieval; Ideologia política medieval

Abstract: This paper aims to address the portuguese medieval documental sources written available on actual days. The form as they were organized in collections, the dimension of the lost materials and the reasons of those loss, some accidental others intentionals. Another aspect explored is about the internal critic that must be applied on the analysis of the content of those materials, as the necessary skill to those who wish to use it. The conscience of nature of those sources as elaborations discursive and legitimate, in many cases aiming the construction of ideal models of conduct and ethic in profit of determined group intends to be another aspect aborded on this paper. As the potentialities and limits of the methodological prosopography on the transposition of those idealized filters.

Keywords: Portuguese medieval sources; Medieval prosopography; Medieval political ideology.

As fontes medievais portuguesas são material diverso em sua natureza e fins e constituem-se enquanto eficientes instrumentos de cristalização de posições, valores, modelos a serviço de interesses vários. Como já escreveu o saudoso historiador Luís Krus, a escrita é poder na Idade Média e toda a tradição oral junta não teria a força de uma obra escrita (KRUS, 1981). Já se delineiam aqui, alguns limites da nossa exposição selecionando as fontes escritas, sem descurar a função e importância das fontes iconográficas, musicais, monumentais dentre outras, no entanto, raramente encontramos qualquer destas fontes desprovida de uma vinculação inspiradora e ou legitimadora que não tivesse suporte escrito. O registro de uma narrativa num manuscrito ou *pecia* constitui uma obra com uma dimensão quase artística envolvendo

* Dados do autor: Titulação: Doutora em História Medieval pela Universidade do Porto-Portugal. Instituição a que se encontra filiado: UFPR / NEMED. Título da pesquisa em andamento: Identidades e fronteiras no medievo ibérico. Órgão financiador: CNPq / Capes. E-mail: lxa90@hotmail.com e fatimaregina@pq.cnpq.br.

esforço e recursos muito amplos, naturalmente um privilégio de poucos, no entanto, o seu conteúdo teria recepção promovida por leituras públicas e comentários, encenações que ampliariam em muito o público destas obras. Os relatos das Crônicas, Evangelhos, canônicos ou apócrifos acabariam nas representações artísticas, pelos menos os *topoi* deles extraídos, mas sempre passariam pelo filtro do comitente, intérprete da tradição e conhecedor das obras escritas que atuaria como um filtro de validade entre as pretensões do patrocinador da obra e os artistas.

As nossas reflexões circunscrevem-se, portanto, às fontes originariamente manuscritas, pensadas e produzidas anteriormente à utilização da Imprensa em Portugal, a qual se registra em 1487 quando da publicação do primeiro incunábulo em Portugal, a Torá em hebraico na cidade de Faro, nas oficinas tipográficas de Samuel Porteiro, um judeu de Faro, à época, portanto, de D. João II. Em 1488 teria sido impresso o primeiro incunábulo em língua portuguesa na vila de Chaves, a obra *Sacramental* de Clemente Sánchez de Vercial. No entanto, mesmo estes materiais, os incunábulos, ainda conservariam a estrutura e forma de um manuscrito em pergaminho, pelo menos até os inícios do século XVI¹.

Já a propósito da linguagem destes documentos medievais portugueses sabemos que o Testamento de D. Afonso II de 1214 é considerado o manuscrito mais antigo em língua romance, portanto, em português. Já relativamente aos documentos manuscritos das Chancelarias Régias passariam, com D. Dinis, a partir de 1297, a serem predominantemente escritos em português, sendo este rei considerado um dos fundadores da base linguística de identidade do reino luso, ainda que bem nos lembre Saul Gomes que a crescente divulgação desta prática é que se imporia como definitiva, mais que um decreto régio. A língua vulgar no lugar do latim configuraria um mecanismo régio de abertura de canais de comunicação com partes importantes da sua sociedade política, como por exemplo, os Concelhos ou mesmo afirmação de identidade frente aos outros reinos, no fundo uma estratégia centralizadora que parte do rei. Os institutos eclesiásticos seguiriam o mesmo caminho quando o público a que se dirigiam as deliberações demandasse semelhante recurso em nome da perfeita recepção². Já o

¹ “Durante muito tempo foi considerado com o primeiro livro impresso em português a «*Vita Christi*», em 1495, até que V. Pina Martins, em 1965, dava a conhecer o «*Tratado da Confissom*», impresso em Chaves. Rosemarie Erika Horch, do Brasil, tenta provar que afinal foi o «*Sacramental*» de Clemente Sanchez Vercial, uma vez que se poderia reconstituir o seu colófon, por informação bibliográfica posterior, e atribuindo-lhe a data de impressão em Chaves a 18 de Abril de 1488. O «*Sacramental*», obra pastoral redigida entre 1421 e 1425 em língua castelhana, trata da forma como deve viver o homem medieval, abordando a alimentação, as relações familiares, as relações sociais, a relação com Deus, o trabalho, o descanso, a saúde, a doença e a sexualidade, faz dele um documento indispensável para o estudo da sociedade medieval portuguesa, foi um dos livros mais lidos durante o século XV. Foi proibido pela *Inquisição* no século XVI e consequentemente queimado. Teve várias edições impressas em língua castelhana e portuguesa”. Disponível em: <<http://tertuliabibliofila.blogspot.com.br/2009/08/o-primeiro-livro-impresso-em-portugal-2.html>>.

² Muitos documentos eclesiásticos, ligados à Universidade e peças jurídicas manter-se-íam em latim nos textos da Chancelaria até depois da Modernidade, no entanto, Saul Gomes nos esclarece que no Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, 1287 é a data do primeiro documento escrito integralmente em português e que em fins do primeiro quartel do século XIV o português seria a língua predominante em seus documentos. Fenômeno semelhante, à mesma época e com a mesma intensidade ao da Chancelaria do Mosteiro cisterciense de Alcobça e o Mosteiro de São Vicente de Fora dentre outros. GOMES, S. A.

documento particular mais antigo conhecido que foi escrito em português arcaico é a *Notícia do Torto* escrito entre 1211 e 1216 onde o nobre Lourenço Fernandes da Cunha relata os abusos e violências de que fora vítima por parte do nobre Vasco Mendes com anuência do rei D. Sancho II.³ Observamos, assim, que o século XIII manifestaria em Portugal adoção deliberada da língua vulgar como suporte de divulgação documental e oficialidade dos relatos e decisões régias.

Documentos manuscritos cuja leitura original exige conhecimentos de Paleografia e cujas formulações, abreviaturas e símbolos numéricos constituem códigos próprios dos redatores medievais que devem ser considerados e conhecidos previamente. Assim, mesmo que hoje trabalhemos com edições críticas de fontes manuscritas transcritas e por vezes transliteradas devemos atermo-nos à sua proposta original de formato e composição manuscrita.

Obras manuscritas que posteriores impressões tentaram conservar ainda que as inevitáveis perdas tenham ocorrido ente os séculos medievais e os nossos dias. Alguns fatores naturais como incêndios e terremotos como o de Lisboa de 1755 destruíram as encadernações dos Livros das Chancelarias portuguesas obrigando à realização de empreitada de nova encadernação realizada de forma desqualificada colocando fólhos referentes ao governo de Afonso IV na Chancelaria de Afonso V; acontecendo o mesmo com cadernos de registro de D. João I que foram encontrados na Chancelaria de D. João II. Outro bom exemplo disto é a *Chancelaria de Afonso IV* (1325-57) cuja proporção de documentação chancelar sofreu significativas perdas, conforme destacara já, Pedro de Azevedo (AZEVEDO, 1913, p. 180-5), seja por causas naturais ou intencionais, tendo sido objeto de publicação referente apenas aos anos de 1325 a 1344(Marques, 1990) sendo que o governo afonsino estende-se até 1357.

Capa do livro IV da Chancelaria de D. Fernando:

Visto e rubricado.

Estes fragmentos de chancelaria del rei D. Fernandos e meteram neste armário dos papéis truncados porque seu conteúdo se acha inteiramente declarado nos livros da Chancelaria do mesmo rei que estão no 4º armárioda nova casa da Coroa.21 de maio de 1762.

Este livro novamente se encontrou com as folhas dispersas entre outros documentos que se não achavam em lembrança nem memória nos alfabetos,

Chancelarias Medievais Portuguesas: observações acerca da sua produção documental latina e vernacular, p. 546-9.

³ Lourenço Fernandes da Cunha será o cabeça de linhagem dos Cunha na primeira metade do século XIII, sendo o autor da "*Mentio de Malefactoria*", composição onde queixa-se dos estragos que lhe são feitos na torre dos Cunha no decurso das agitações que caracterizaram o reinado de Sancho II. Seu primogênito, Gomes Lourenço, reproduz os abusos de que seu pai foi vítima, sendo chamado à atenção por Afonso III, acabando por ser destituído de seus direitos de cabeça de linhagem, por sentença de 1285, já no reinado dionisino. Seus irmãos secundogênitos, serão, contudo, privados de Afonso III, especialmente Vasco e Egas Lourenço, recaindo sobre o primeiro, os direitos alienados a Gomes Lourenço, engrossado pelo morgado que Egas, sem descendência, lega a seu irmão. Observa-se assim, o eclipse do ramo primogênito dos Cunha na segunda metade do século XIII devido à intervenção régia, beneficiando o ramo secundogênito, no qual a política afonsina sempre buscou esteio de afirmação. Vide *Livro de Linhagens do Século XVI*, p. 136-7; *Portugaliae Monumenta Historica...*, Livro de Linhagens do Conde D. Pedro, p. 356-9; FREIRE, *Os Brasões da Sala de Sintra*. v.I, p. 156-9 e VENTURA. *A Nobreza de Corte de Afonso III*, v.2, p. 641-7.

o qual se ajuntou se pôs no atual estado de se aproveitar deles. 24 de dezembro de 1813. O ajudante do escrivão. Francisco Nunes Franklin (Chanc.DF, I.IV).

Condições de conservação e organização que denotam a fragilidade destes materiais e o verdadeiro milagre de dispormos ainda hoje de tão abundante material documental medieval português, felizmente agora disponibilizado on line pelo Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Os documentos da Chancelarias régias foram mantido sob guarda dos cistercienses no Mosteiro de Alcobaça até que o arquivo fôsse instalado numa das torres do Castelo de São Jorge em Lisboa em 1378 no reinado de D. Fernando e que serviu de tombo dos documentos régios e cópias de documentos exarados da Chancelaria régia a terceiros. Também este arquivo que aí permaneceu até 1755 acompanhou o depauperamento de partes de seu acervo ao sabor das instabilidades pelas quais passava o reino português não apenas na medievalidade, mas também durante a União Ibérica e domínio filipino (1580-1640) e mesmo na transferência da Corte portuguesa para o Brasil (1808).

Mas outros fatores ainda se interpõem entre nós e estes documentos, os filtros intencionais propostos pelos ordenamentos régios e regimentos das Chancelarias são disto um bom exemplo. Concebemos em geral que as Chancelarias seriam as fontes mais contemporâneas dos fatos narrados, no entanto, as filtragens e seleções promovidas nos séculos posteriores com certeza nos privaram de uma quantidade larga de informações adicionais apresentando-nos apenas uma parcela da realidade, aquela que se queria preservar, estratégia que permitiria aos agentes régios ofuscar projeções indesejadas ou realçar grupos e mesmo o rei frente sua sociedade política.

Já Afonso IV em 1357 outorga o primeiro Regimento das Chancelarias especificando os custos de emissão das várias naturezas de cartas existentes e dos selos apostos aos mesmos que lhes concederiam legitimidade e validade pública, inclusive a documentos particulares (SILVA; RODRIGUES, 1971, p. 246-58). Iniciativa sistematizadora própria de reis em processo de centralização régia como Afonso IV, cujo pai, Dinis, já tinha reconhecido oficialmente a língua portuguesa, ou o galaico-português como fator identitário do seu reino no seguimento da obra sistematizadora da jurisdição, norma e regra processual que seu avô, Afonso III, levava a cabo cerca de um século antes sob inspiração do Renascimento dos Estudos de Direito Romano de Bolonha e do chamado *Grupo de São Luís* em cuja Corte o rei fôra criado (FERNANDES, 2000, p. 35-42). Outra iniciativa de natureza conexa a esta seria implementada na Chancelaria de D. Pedro I que registra um livro por era de César ou ano de governo, segundo calendário válido no reino até D. João I. Uma tendência de sistematização administrativa que teria continuidade nos reinados posteriores manifestando a premência de manutenção e seleção dos documentos considerados instrumentos legitimadores das políticas régias e construtores de uma versão do passado com dimensão valitatória adicional atribuída pelo funcionalismo régio .

Quanto às reformas legislativas, conhecem-se várias ao longo da diacronia medieval, os estudos indicam que o *Livro das Leis e Posturas*, cuja versão hoje conhecida é de fins do século XIV, inícios do XV e só encontrado no depósito da Torre

do Tombo em inícios do século XVI teria sido o primeiro resultado de tarefa encarregue por D. João I ao juriconsulto Joane Mendes para compilação e ordenação da legislação anterior a seu reinado. Da mesma forma as *Ordenações del Rei D. Duarte*, compiladas à volta de 1436 foram um ensaio do esforço de sistematização e atualização legislativa cujos primeiros passos se deram ainda no reinado de João I,⁴ iniciativas que reforçavam a ideologia de uma sétima idade do mundo que se abriria com a dinastia de Avis. Mas o culminar do projeto sistematizador e atualizador destas reformas legislativas se completaria pelo menos na época medieval em 1446 com as *Ordenações Afonsinas*.⁵

A reforma das Chancelarias demandada pelo rei Afonso V nas Cortes de Lisboa de 1459 e realizada por Gomes Eanes de Zurara, talvez mais conhecida, promoveria uma seleção dos documentos dos reinados anteriores, iniciativa responsável pelo desaparecimento de documentação e ou substituição de documentos integrais por ementas cujos originais já estariam destruídos em inícios do século XVI.

Iniciativas que teriam seu quinhão de responsabilidade na delimitação dos materiais com que podemos trabalhar hoje, longe, portanto, da coetaneidade pretendida.⁶

Observamos, assim, as limitações dos materiais de que dispomos resultantes de perdas e seleções declaradas ajunte-se a isto a necessária análise heurística dos documentos detectando cópias falsas, documentos apócrifos e outros desvios na natureza externa das fontes históricas. Interpolações posteriores que denotam a importância de incluir ainda que posteriormente informações pessoais e ou de grupo numa obra de caráter cronístico ou de literatura genealógica a fim de usufruir da projeção reconhecida e construída por estas obras. Aspectos a serem considerados antes da análise hermenêutica dos documentos medievais.

Devemos ressaltar ainda a importância e função destas interpolações e patrocínio da elaboração dos relatos individuais e ou inserção de suas façanhas em Crônicas régias, pois estas estratégias constituem eficiente mecanismo cristizador de modelos e

⁴ O Livro das Leis e Posturas só foi restaurado e colocado nos armários da Torre do Tombo em 1633 por obra do escrivão Jorge da Cunha conforme nota que consta na guarda do volume (**Livro das Leis e Posturas**, p. V-XI) e Nuno Espinosa Gomes da Silva considera que o Livro das Leis e Posturas tenha autonomia em relação às Ordenações não constituindo um ensaio das obras posteriores (Idem, *ibidem*, p. 13). Vide ainda HERCULANO, apud BENTO, **Subsídios para a História do Direito Português**, p. 52-5; CAETANO, **História do Direito Português**, p. 346-7; **Ordenações del Rei D. Duarte**, p. V-XXVI; COSTA, **Ordenações**. In: **Dicionário de História de Portugal**, v. 4, p. 441-6 e FERNANDES, **Comentários à Legislação Medieval Portuguesa**, p. 15-6.

⁵ Gomes Eanes de Zurara promove a Reforma dos Livros das Chancelarias de Dinis a Duarte, as **Ordenações Afonsinas**, concluídas em 1446. (**Ordenações Afonsinas**, p. 6; HOMEM, **O Desembargo Régio (1320-1433)**, p. 625; Idem; DUARTE e MOTA, **Percursos na burocracia régia (séculos XIII-XV)** e MARQUES, **Portugal na Crise dos Séculos XIV e XV**, p. 254-5). Assim como a Reforma Manuelina, concluída em 1521, atualizando as **Ordenações Afonsinas**, teria refiltrado o que restara da documentação chancelar joanina, a qual se encontra hoje, igualmente desfalcada de boa parte de sua composição original, conforme nos alerta Baquero Moreno (LOPES, Fernão, **Crónica de D. João I**, v.1, p. X e FERREIRA, Manuel I. In: **Dicionário de História de Portugal**, v.4, p. 157- 60).

⁶ A confiarmos em Frei Manuel dos Santos, o primeiro livro da Chancelaria de D. Fernando estaria concluído, sua organização e revisão, em 1463 (SANTOS. **Monarquia Lusitana**, p. VIII, l. XXII, p. 263).

fortalecimento político de toda uma linhagem com repercussão no contexto de redação destes relatos. Observa-se a idealização de um ou dois componentes históricos da linhagem, realçado com tonalidades edificantes, cuja trajetória singular, mas não extra-humana serviria como referência de poder estendida a todo o grupo a que representava. Trata-se de uma mitificação com pouca especificidade, eternizada e, portanto com potencialidade de atualização constante onde os representantes da linhagem selecionados seriam confundidos em várias destas elaborações narrativas com os protagonistas da História de seus reinos, ultrapassando as ações dos próprios reis. Iniciativas que se prefiguram como estratégia de projeção sócio-política, a qual atuaria de forma empírica nas potenciais prerrogativas dos descendentes, por exemplo, dos Pereira em seu próprio contexto histórico. Estes, através destas biografias idealizadas corrigiriam os defeitos de seu nascimento e ascenderiam a um patamar de destaque nobiliárquico usufruindo de todas as vantagens implícitas a esta profundidade linhagística, participantes de uma estrutura genealógica edificante e anterior à dinastia régia de Avis.

Um bom exemplo desta estratégia encontra-se aplicada à *Crónica de D. João I* de Fernão Lopes. Nesta, Nuno Álvares Pereira ocupa um espaço significativo numa obra que pretende proceder à exaltação da dinastia de Avis (Guimarães, 2004) e de sua correspondente sociedade política renovada ou regenerada. D. João I é modelo de rei e seu paralelo é o modelo de vassalo que Nuno Alvares Pereira representa. Disto é prova além das várias menções dispersas, a abertura de intervalos na narrativa régia aproveitados com referências genealógicas e pessoais laudatórias de Nuno Álvares e no último capítulo da primeira parte o destaque à recepção do cargo de Condestável, ocasião aproveitada para destacar suas qualidades humanas. Na segunda parte, próximo do final, Fernão Lopes destaca dois capítulos da Crônica régia onde traça mais uma vez o perfil de Nuno, Condestável e homem de guerra e Nuno, Conde, homem de paz, agente da justiça do rei e praticamente termina a crônica régia relatando a união de sua filha com o filho natural do rei, identificando a origem da futura Casa de Bragança a partir da união dos Pereira com Avis.⁷

Á época de redação desta Crônica era óbvia a dispensa de apresentações à figura de Nuno Alvares Pereira, mas é nestes relatos que sua legitimidade é definitivamente consagrada através da narrativa de sua trajetória, na qual seu pai tem papel fundamental, além dos relatos de suas façanhas pessoais devidamente reforçadas e destacadas. O seu pai, Prior da Ordem Militar dos Hospitalários em Portugal dá profundidade de boa cepa a esta trajetória, afinal fora clérigo famoso por suas importantes ações para o bem do reino, além de não ter descurado da formação e do encaminhamento de sua prole, inclusive de Nuno Alvares. Nesta mesma Crônica as menções dos outros filhos do Prior, da primeira geração, Pedro e Diogo Alvares Pereira destacam suas ações contrárias à ascensão de Avis e sua condição de “*nados dazambiqueiro*” (CDJI, 1, cap. 160, p. 344).

⁷ LOPES, Fernão. *Crónica de D. João I*, 1ªp. , caps. 31-9, pp. 63-78, cap. 193, pp. 424-7 e Idem, *Ibidem*, vol.2, caps. 198-200, pp. 447-456 e cap. 202, pp. 460-1. Vide ainda FERNANDES, Estratégias de legitimação linhagística em Portugal nos séculos XIV e XV. *Revista da Faculdade de Letras, Historia*, p. 263-84.

Assim, o destaque ao principal apoiante do Mestre de Avis é uma estratégia de reforço do registro do próprio fundador da dinastia. Estratégias que confirmam a persistência de condições adversas nestes meados do século XV, contexto de redação das Crônicas, que ainda ameaçariam a legitimidade e segurança de Avis. Nesta linha, o que motivaria o destaque ao Condestável num contexto de produção da *Crónica de D. João I* próximo a Alfarrobeira?

Estas reflexões levam-nos a outra fonte contemporânea da *Crónica de D. João I*, a *Crónica do Condestável de Portugal*, obra cujo conjunto constitui uma elegia a Nuno Álvares Pereira. Se compararmos o primeiro capítulo da *Crónica do Condestável* e os capítulos XXXII a XXXV da primeira parte da *Crónica de D. João I* constatamos a coincidência da sequência dos fatos narrados, do conteúdo e da forma da narrativa.

<p>Capítulo I “Em Portugall ouue huu grande caualeyro muy fidalgo e de grande sangue: que auia nome dom Gõçallo Pereyra. E este era nobre de linhagem e de condiçã: e de grande casa: e acompanhado de muytos boõs paretes e criados.” (Crônica do Condestável de Portugal, cap. 1)</p>	<p>Capítulo XXII “De que linhagem deçemdeo este Nunallvarez, e quem foi seu padre e madre” “Onde assi foi, que em Portugall ouue huu boom e grande fidallgo, nobre de linhagem e condiçom, que avia nome dom Gomçallo Pereira. (Crônica de D. João I -1ª parte, cap. XXXII)</p>
<p>Capítulo II “De como dõ Nuno Alurez foy criado em casa de seu padre: e como em hydade de treze ãnos per seu padre foy dado a elrey dom Fernando por morador em sua casa.”</p> <p>Capítulo III “De como andando assy dõ Nunalurez por morador em casa delRey: pello prioll seu padre lhe foy tratado cassameto e per que guisa e com quem.”</p> <p>Capítulo IV “Ora leixa a fallar o conto da dona que elRey mandou a chamar pera casar com dom Nunalurez: e torna ao prioll da maneyra que teue cõ Nuno Alurez seu filho sobre este casameto.” (Crônica do Condestável de Portugal, cap. II-IV).</p>	<p>Capítulo XXXIII “Como Nunallvarez foi tragido aa Coorte delrei Dom Fernamdo, e como tomou as primeiras armas de maõ da Rainha dona Lionor.”</p> <p>Capítulo XXXIV “Como o Prior cometeo a seu filho que quisesse casar, e como em ello comsentio e casou com Dona Lionor Dalvi.” (Crônica de D. João I -1ª parte, caps. XXXIII-XXXIV).</p>

Não podemos comprovar uma possível interpolação posterior realizada premeditadamente na *Crónica de D. João I*, mas considerando-se que a *Crónica do Condestável* é um conjunto integral maior e conhecendo o estilo de construção dos relatos de Fernão Lopes podemos aceitar que este cronista possivelmente teria copiado partes da *Crónica do Condestável* para a *Crónica de D. João I*. Podem ter sido escritas em época próxima, mas considerando-se ser a do Condestável a fonte da *Crónica de D. João I* deve ter sido escrita antes de 1443, mas posteriormente a todos os fatos da vida

de Nuno Alvares, pois relata sua morte, portanto, depois de 1431, logo, as duas fontes podem ter entre si, em termos de produção, um lapso temporal relativamente pequeno. Além disso, é notória a proximidade em vida, do Condestável e do regente Pedro, o que justificaria a interpolação de uma parte importante da elegia particular do Condestável, na construção da elegia da dinastia de Avis.

Assim, a proximidade pessoal do regente D. Pedro ao Condestável Nuno Alvares Pereira justificaria a inserção dos quatro capítulos da *Crónica do Condestável* na *Crónica de D. João I*, apesar de tal iniciativa exaltar, indiretamente o genro do Condestável, inimigo do Infante Pedro. Tais tensões transpiram das duas partes da *Crónica de D. João I*, especialmente entre 1449, data da morte do Regente, a partir de quando Fernão Lopes será patrocinado pelo rei Afonso V e seus aliados, dentre eles o Duque de Bragança e 1452-4, quando Fernão Lopes passa o cargo de cronista régio a Zurara.

Ainda interessa-nos um dos quatro capítulos que contam a vida de Nuno Alvares, retirados de sua própria Crônica e copiados na Crônica régia e que fala das dúvidas do Prior Álvaro Gonçalves Pereira em saber qual de seus filhos, Pedro Alvares ou Nuno Alvares seria o protagonista de uma profecia que vaticinava a um deles um futuro de grandes batalhas e inevitáveis vitórias.

Como Nunnalvarez foi tragido aa Corte delRei Dom Fernamdo, e como tomou as primeiras armas de mão da Rainha dona Lionor.

Este dom Alvoroz Gonçalvez Pereira, prioll, segumdo comtam alguûs em seus livros, como era sisudo e emtemdido, assi dizem que era astrollogo e sabedor; e quando lhe alguus filhos naçiam, trabalhavasse de veer as naçemças delles; e per sua sçiemçia emtemdeo que avia daver hu~um filho, o quall seeria sempre vemçedor em todollos feitos darmas em que sse acertasse, e que numca avia de seer vemçido. E dizem que sempre em sua vida dom Alvoroz Gomçallvez cuidou, que esta virtude avia daver dom Pedro Allvarez seu filho, que depois de sua morte foi Prioll, e em tall comta o tiinha amtre seus irmaãos.

Outros screpvem isto per contrairo, e desta opiniomnos praz mais, dizendo que em casa deste Prioll dom Alvoroz Gomçallvez, amdava hu~u gram leterado e mui profumdo astrollogo, que chamavom meestre Thomas. E per este comtom que soube o Prioll, que huu de seus filhos avia de seer veemçedor de batalhas, e que este era NunAllvarez Pereira (CDJI, 1, cap. 33, p. 66-7).

As semelhanças são muitas com o vaticínio que D. Pedro I ouvira sobre um de seus filhos João, confirmando a escolha do Mestre de Avis no famoso sonho do reino em chamas controlado por seu esforço e pela simbologia da vara em suas mãos, preconizando um futuro reinado de justiça, tal como fora o de seu pai.

E disse estomçe El Rei comtra o meestre: “Tenha este moço isto por agora, ca sei que mais alto hade montar, se este he o meu filho Joane de que me a mim alguumas vezes fallarom, como quer que eu quiria ante que se comprisse no Iffamte Dom Joham meu filho que neelle; ca a mim disserom que eu tenho hum filho Joanne, que ade montar muito alto, e per que o reino

de Portugal adaver mui grande homra. E por que eu nom sei qual destes Johanes hade seer, nem o podem saber em certo, eu aazarei como sempre acompanhem ambos estesmeus filhos, pois que ambos som de huum nome, e escolha Deos huum delles pera esto, qual sua mercee for. Como quer que muito me sospeita a voontade que este hade seer, e outro nenhuum nom, por que eu sonhava huuma noite o mais estranhado sonho que vos vistes: a mim parecia em dormimdo, que eu viia todo Portugal arder em fogo, de guisa que todo o reino parecia huuma fugueira; e estamdo assi espamtado veemdo tal cousa, viinha este meu filho Johanne com huuma vara na mão, e com Ella apagava aquelle fogo todo. E eu comtei esto a alguuns que razom tem dentemder em taaes cousas, e disseromme que nom podia seer, salvo que alguuns grandes feitos lhe aviam de sahir damtre as mãos (CDP, cap. 43, p. 195-7).

Neste último exemplo comprova-se naturalmente a unicidade das três Crônicas de Fernão Lopes, de Pedro I a João I, além de denunciar o objetivo da sua elaboração. Além disto, a similitude de aplicação desta estratégia providencialista nos dois relatos sugere um engate da trajetória de Nuno Álvares, com seu pai, um representante dos Pereira no papel de progenitor do herói, na trajetória da própria dinastia de Avis. Heróis escolhidos pelos mesmos meios e indicados pelas mesmas estratégias.

Os relatos da Crônica régia próximos ao ano de 1431, ano da morte do Condestável, sofrem uma interrupção e o autor Fernão Lopes insere uma Crônica abreviada deste personagem a partir de uma perspectiva dicotômica: o nobre em tempos de guerra e em tempos de paz (CDJI, caps. 198-9, p. 447-54). Aqui, sumariavam-se todos os elementos até então dispersos no relato da História do reino e traçava-se um perfil idealizado do nobre e vassalo ideal, cuja trajetória alicerçadora dos ideais de Avis estaria definitivamente inserida na construção do passado português. Restava ao Cronista mostrar a transcendência desta vida nos destinos futuros do reino e no penúltimo capítulo da segunda parte da *Crônica de D. João I*, fala da união do filho legitimado do rei, Infante Afonso com a sua filha, Beatriz. A junção do sangue e do patrimônio destes dois paradigmas da História portuguesa selaria o futuro da monarquia de Avis⁸. A singularidade do Condestável posta a serviço do reino seria definitivamente recompensada e definiria um perfil de nobreza regenerada em cujas ações os fins seriam mais determinantes que os meios.

Nuno Álvares representaria bem a nobreza regenerada que gerava desconforto na monarquia, acostumada a regras militares e diplomáticas formais e apontava para um perfil de nobre adaptado às novas realidades da Modernidade que se avizinhava. Mesmo quando

⁸ LOPES, Fernão, **Crônica de D. João I**, 2ª p, cap. 202, p. 460. O Condestável daria a sua filha em 1 de novembro de 1399 em arras por seu casamento com o Conde de Barcelos na forma de morgado a vila e castelo de Chaves, o julgado de Montenegro, castelo e fortaleza de Montalegre, a terra de Barroso, Baltar, Paços no Entre-Douro-e-Minho e Trás-ós-Montes, quintas da Carvalhosa, Covas, Canedo, Sarraços, Gondinhães, São Felix da Temporrã, casais de Bostelo, quintas da Moreira e Pousada (Arquivos Nacionais/Arquivo Nacional da Torre do Tombo, **Chancelaria de D. João I**, l. II, f. 175v) completando o patrimônio da Casa de Barcelos: doação confirmada a 8 de novembro por D. João I. Entendemos, portanto, que estes bens continuaram em mãos do Condestável mesmo após o chamamento régio. Por outro lado, esta união constituiria uma forma mais eficaz e duradoura de reincorporação de patrimônio régio cedido ao Condestável pela monarquia de Avis.

João I vai a Ceuta ainda teria uma motivação medieval básica conduzindo uma empreitada cruzadística que apenas ensaiava algumas estratégias novas aplicadas nos séculos seguintes (FERNANDES, 2000, p. 107-24), o Conde por sua vez, representava uma nobreza adaptada aos novos tempos.

Um homem de vanguarda que faz sua trajetória ascendente e trabalha para manter suas prerrogativas frente a um contexto especialmente concorrencial apoiando-se em homens simples de baixa extração social que compartilham de suas habilidades e alguns interesses. A ética moralizante de Nuno Álvares serviria de modelo aos servidores de Avis, adaptado às realidades de transição do século XIV-XV e moldado em valores específicos desta nobreza construídos a partir de seus instrumentos ideológicos tradicionais: literatura genealógica, cantigas e romances, mas também a partir destes séculos finais da Idade Média, na cronística nobiliárquica particular e na inserção na cronística régia. A historiografia seria fonte de legitimidade desta nobreza regenerada oficializando uma nova relação da monarquia com a nobreza a partir de Avis, num fenômeno paralelo àquele que identifica Quintanilla Raso para a nobreza trastamarista castelhana do século XV.

Neste ponto, devemos trazer ainda a esta discussão, outra obra, o *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro* redigido à volta de 1340-44 sob o patrocínio do bastardo de D. Dinis, Pedro, Conde de Barcelos (FERNANDES, 2003, pp. 351-6) sobre o qual estudos sérios já comprovaram suficientemente as redações e interpolações a que esta obra esteve sujeita entre 1360-5 e 1380-3 (PMH, 1980, v.II /1, p. 41- 50) em benefício também dos descendentes do Prior Álvaro Gonçalves Pereira. A profundidade granjeada com a interpolação da narrativa da batalha do Salado referente às ações do Prior nesta obra fortalecer-se-ia com a posterior inserção do grande protagonismo de seu filho Nuno Álvares na Crônica régia de D. João I, alimentado ainda pela sua Crônica particular, a do Condestável⁹. Os descendentes desta linhagem dispunham, assim, de grande manancial ideológico de legitimação frente às conturbações que atingiriam o reino português na crise de Alfarrobeira e mesmo nos séculos posteriores, especialmente pela associação à figura do Condestável que fundira sua Casa à própria Casa régia, alicerces da dinastia de Bragança e da continuidade da monarquia portuguesa no processo da Restauração de 1640.

Tais elaborações cristalizam um modelo que identificaria a linhagem dos Pereira à de nobre combatente, fiel, servidor direto da monarquia e que por seus próprios méritos, audácia e singularidade alcançaria uma posição inquestionável e inatingível na sociedade política portuguesa com direito a ecos de eternidade em outros contextos. O serviço direto ao rei, a indispensabilidade deste serviço sob risco de perda inclusive de todo o reino é a tônica deste perfil. De miliciano da Reconquista a herói de Aljubarrota, o reino português não poderia ter sobrevivido sem a constante presença e atuação dos Pereira, esta é a mensagem destas narrativas de fundo ideológico assentes numa estrutura e modelo nobiliárquico. Assim, Nuno Álvares seria o rosto da nobreza e mesmo da monarquia de Avis, através de uma eficiente construção e consolidação de

⁹ Veja-se *Portugaliae Monumenta Historica, Livro de Linhagens do Conde D. Pedro*, vol.II/1, 21G12-15, p. 238-57 e *Chronica do Condestabre de Portugal Dom Nuno Alvarez Pereira*, 1911.

uma imagem ideológica de poder nobiliárquico, ao mesmo tempo dependente e fortalecedor da própria monarquia.

Parece-me que fica claro, assim, o valor da tradição, da elegia, no plano empírico do contexto sócio-político português, pré e pós Alfarrobeira e na construção da sua correspondente sociedade política. Eficiente instrumento ideológico, cujos personagens não valem tanto pelo que são, realmente, mas pela imagem, pela construção que dele fazem, sempre com objetivos apócrifos, objetivos próprios de seus descendentes.

Estamos, portanto falando de fontes em termos de idealizações que colheriam, no caso do rei e dos nobres, fontes de outras construções anteriores, seja das biografias clássicas, dos romances arturianos, das hagiografias, adaptando estes discursos ao perfil desejado pelo patrocinador da obra e acrescentando tonalidades específicas ibéricas. O contexto que perpassa as Crônicas em geral encontra-se relativamente delineado e historicamente retratado, no entanto, o papel do cronista seria o de realçar algumas tonalidades edificantes dos protagonistas ou buscar uma justificativa que explicasse seu fracasso. E deste exercício de seleção resultaria o modelo ideal.

Monarquia e nobreza beberiam das mesmas estratégias discursivas, das mesmas fontes e dos mesmos modelos e estas duas forças seriam concorrentes, mas também complementares, buscando a estabilidade do reino, sua unidade, sua identidade seja ao nível das elites, no modelo nobiliárquico, seja ao nível mais abrangente da monarquia, no caso régio. O que importava destacar nestas obras era a função de referência de poder que esta figura atribuiria a todo o seu grupo, uma mitificação com pouca especificidade, capaz de ser atual e ou atualizada em vários contextos, uma estratégia de projeção sócio-política que importava perpetuar e reforçar na ancestralidade da história do reino.

Estas reflexões de caráter hermenêutico sobre as funções destes documentos escritos e os interesses inerentes à sua produção e atualização periódica através de interpolações ou outros meios refletem bem a importância da aplicação de um método de análise crítica a estes materiais e a necessária inserção em seu ambiente de produção. Sem isto, a visão do pesquisador padece do mal da ingenuidade e suas conclusões podem terminar por ser contaminadas pela ideologia construída pelos medievais para os leitores dos séculos seguintes.

Assim, naturalmente, o trabalho de pesquisa com fontes medievais, além de ser acompanhado de análise heurística e hermenêutica, merece também uma reflexão metodológica, pois a natureza diversa destes materiais demanda uma análise que decida o melhor método de trabalho em função da problemática levantada e das fontes utilizadas para responder à mesma.

Um processo de pesquisa histórica começa com a identificação de uma problemática de análise a partir de um domínio contextual e conhecimento do estado da arte sobre o tema, assim como dos principais debates e linhas historiográficas daqueles que já tenham se debruçado sobre o tema. Na continuidade deste processo segue-se o manuseio dos materiais documentais o qual promove a criação de hipóteses, cuja comprovação integral, parcial ou mesmo negação passa pelo exercício de crítica

documental e definição de uma metodologia adequada à natureza das fontes e à problemática sobre a qual se detém a pesquisa.

Existem, no entanto, algumas especificidades reservadas àqueles que trabalham com o período medieval; questiona-se, por exemplo, se existe uma História com H maiúsculo antes das primeiras escolas historiográficas do século XIX em diante. Uma questão muito bem apresentada, em nosso entender por José d'Assunção Barros considerando os filósofos da História que desde Heródoto produziram um conhecimento de caráter histórico, por vezes declarados discípulos de outros relatores deste passado, conscientes dos perigos a que estavam expostos em suas seleções, mas, naturalmente sem vinculação a uma corrente historiográfica definida e coletiva. E isto em função de que

[...] A Teoria da História é uma novidade que refundará a História –campo de expressão e saber muito antigo-, mas que não nasce com esse mesmo campo de saber. A História é, na verdade, milenarmente mais antiga do que a Ciência. (BARROS, 2011, p. 115).

Um tema de debate historiográfico que dado o público assistente desta comunicação, constituído por vários pesquisadores com longa experiência de análise de fontes medievais como já constatamos ao longo dos trabalhos deste evento, poderá ser retomado e enriquecido a qualquer momento.

Outro importante aspecto da especificidade da pesquisa em História Medieval tem a ver com a natureza personalista das relações de poder entre as elites manifesta na estrutura feudo-vassálica que reina absoluta como ideologia e hierarquia estruturante da sociedade política medieval. Apesar dos esforços de institucionalidade, a monarquia nestes fins da Idade Média lida ainda com um poder de natureza personalista que se sustentava a partir do diálogo, da troca com a sua sociedade política, base do consenso que mantinha estável esta estrutura. A compreensão da natureza deste poder encaminha-nos a buscar metodologias adequadas de análise das relações políticas que suportam as relações de poder régio-nobiliárquicas. Dentre um amplo leque de possibilidades entendemos ser produtiva a aplicação da Prosopografia como metodologia de base para obter o desvendamento dos mecanismos de funcionamento da nobreza que cerca os reis, assim como compreendermos as causas de movimentos profundos das estruturas nobiliárquicas em transformação, as potenciais interferências na política régia, a parcela de sua responsabilidade por ações ou omissões nas conjunturas agitadas destes fins da medievalidade.

Os trabalhos prosopográficos já constituíam na década de '90 um modelo bastante divulgado na academia¹⁰, cujas referências modelares atualizadas seriam pródigas na orientação de trabalhos cujas conclusões parciais permitiam, no conjunto,

¹⁰ Suas origens encontram-se nos eruditos alemães ligados ao estudo da Antiguidade clássica, como Mommsen, ainda que em bases bastante mais limitadas que as atuais. A renovação deste método de trabalho chega a merecer encontros científicos importantes e um periódico específico, o *Medieval Prosopography* (Vide ainda **Prosopographie et Genese de l'État Moderne**, 1986 e HEINZ (org). **Por outra história das elites**, 2006).

uma visão bastante aproximada da realidade em sua totalidade. E isto porque o homem medieval, seja ele nobre ou vilão, identifica-se não enquanto indivíduo, mas apenas enquanto grupo. A solidariedade de grupo funcionava como elemento estabilizador da sociedade medieval, e no que tange à nobreza, como meio de defesa e continuidade da sua posição de privilégio. Daí que estes estudos iniciem-se com a reconstituição das trajetórias dos indivíduos pertencentes a estes grupos privilegiados, identificando, caso a caso, os critérios definidores da sua supremacia, assim como as bases de relacionamento deste elemento com um nível de poder central que lhe esteja diretamente relacionado, neste caso, a monarquia.

Uma linha de trabalho que teve adeptos em quase todos os países europeus envolvidos numa tarefa coletiva de dar um rosto a estes grupos nobiliárquicos mapeando suas atuações nos contextos específicos de estudo¹¹. Uma busca pela especificidade que traduz uma percepção de realidade concreta fugindo a padrões explicativos monolíticos. Um método que permite uma adequada compreensão da natureza de instituições como a monarquia e mesmo a nobreza medieval atendendo a conceitos específicos de sua época, isentando a investigação de possíveis perspectivas retroativas sugeridas por projetos de compilações de fontes reféns de projetos nacionalistas ou de debates contemporâneos acerca das origens medievais dos Estados modernos.

A partir destas considerações parece-nos bastante pertinente a utilização da metodologia prosopográfica à análise de todos os documentos medievais e inclusive uma forma produtiva de aproveitamento das *Chancelarias régias* portuguesas, por exemplo, cujo conteúdo após todas as intempéries acima descritas apresentam-se como conjunto pouco ordenado, tanto do ponto-de-vista cronológico como temático. Um método cujos resultados permitem medir as variações no volume e intensidade da concessão de benefícios régios aos indivíduos estudados, assim como o estabelecimento dos momentos mais propícios à substituição dos elementos mais diretamente vinculados aos monarcas e os mecanismos e pré-condições de aceitação destes mesmos agentes e suas respectivas regiões de preferencial estabelecimento. O fato de tratar-se de um reino territorialmente reduzido permite ao pesquisador abranger a nobreza portuguesa como um todo, sem necessidade de regionalizar a análise, contando ainda com a vantagem de ter os documentos centralizados num único acervo, o da *Torre do Tombo* em Lisboa. Considerando-se as vinculações que dão uma feição de *extraterritorialidad* a esta nobreza medieval (MOXÓ ORTIZ DE VILLAJOS, 1969, p. 1-210) preconiza-se o alargamento da análise a indivíduos e por vezes linhagens de outros reinos, potenciais intervenientes na política régia em cada contexto analisado. Fator que obriga constantemente a fazer recurso a fontes complementares de outros reinos, por vezes

¹¹ Um nome que não se pode deixar de referir neste renascimento dos estudos de base prosopográfica é o de Salvador de Moxó, cuja produção na década de 60, aborda a nobreza medieval castelhana. Uma das mais insígnias seguidoras desta linha é Marie-Claude Gerbet, que desde a defesa da sua tese doutoral em 1979, abordando a análise das estruturas sociais urbanas da Extremadura castelhana nos fins do século XV, inícios do século XVI, seus trabalhos têm servido de guia a muitos na mesma linha de análise. E sem dúvida, um campo, cujo reflorescimento em Espanha deve-se ao empenho de Miguel-Angel Ladero Quesada, orientador de vários trabalhos de idêntica raiz prosopográfica.

mais contemporâneas do período analisado, ampliando assim, a visão contextual e sócio-política sobre a problemática em questão.

Sabemos ser pré-condição de qualquer historiador, inclusive do medievalista, o conhecimento dos valores específicos, válidos em seu contexto analisado como as formas de pensamento, das estruturas de parentesco, dos modelos éticos e culturais predominantes, a fim de evitar análises anacrônicas. O poder para os homens medievais é algo distinto do que é para nós hoje, assim como as formas de manifestação e o próprio imaginário do poder. Torna-se, assim, necessário, um estudo de longo prazo, que permita um amadurecimento de conceitos, que permita desmontar os discursos oficiais, descortinando intenções e valores que se querem predominantes, assim como um domínio da variada natureza e estrutura específica das fontes medievais.

Percebemos, assim, a contribuição da Prosopografia neste panorama historiográfico relativizando algumas concepções idealizadas que de tão bem elaboradas ainda na medievalidade seriam mais bem aceites do que aquelas extraídas da aspereza dos dados quotidianos trazidos, por exemplo, pelas fontes chancelares. A desmistificação das relações de poder contidas nos documentos medievais manuscritos aparentemente de mais difícil assimilação para o público do que a imagem idealizada dos romances de cavalaria constitui tarefa obrigatória dos pesquisadores que se debruçam sobre a Idade Média. Hoje, observa-se um interesse crescente pelo estudo das formas de construção do relato histórico medieval, a partir, por exemplo, dos projetos cronísticos régios e particulares, as idealizações do passado desmontadas em suas estratégias discursivas e análise dos discursos de poder. Um processo que levou os estudos medievais no Brasil a uma crescente ampliação e diversificação temática envolvendo as influências e bases de formação institucional dos reinos medievais, especialmente o português.

Reflexões que nos levam à consideração de que as fontes constituem material essencial de pesquisa, o qual deve ser compreendido em suas especificidades formais e estilísticas à luz de seus respectivos ambientes de produção, patrocinadores e audiência pretendida, como bem nos lembra Georges Duby. Assim, a análise crítica destes documentos nos transporta aos bastidores de sua produção, nos leva a perseguir os interesses conscientes de seus elaboradores, assim como os elementos inconscientemente assimilados e transportados aos textos pelo contexto familiar, social, político, cultural de seus autores. As formulações ideológicas devem também ser desvendadas e identificadas as fontes de legitimidade de que se socorrem em suas construções.

Um trabalho que nos desvende uma realidade medieval plena de tensões, sobreposições de circunscrições e instâncias, imprecisão de fronteiras e prerrogativas de poder. Enfim, uma realidade bastante complexa em sua dimensão empírica, para nós, inalcançável em sua totalidade, mas cujos sintomas mais significativos manifestam-se justamente nas construções ideológicas medievais como a própria trifuncionalidade que buscam plasmar, sintetizar, ordenar esta sociedade rebelde, plena de vitalidade e reconhecidas diferenças. Um diálogo constante entre esforços de institucionalização, uniformização e construção de uma identidade religiosa (cristã latina ou grega), política

(de um rei e de um reino), cultural e as equivalentes resistências a estas intenções e iniciativas. Observa-se, em geral, uma inevitável permeabilidade destes movimentos de sentido inverso em benefício da imposição de um bem comum, do predomínio de uma bandeira gerando-se sincretismos de natureza variada e um resultado de composição mais heterogênea do que olhos menos experientes poderiam imaginar. Uma dinâmica de poder que deve ser sempre considerada em quase todos os contextos, recortes e problemáticas de estudo medieval quiçá, de toda a diacronia histórica.

Referências

ALBUQUERQUE, M. de e NUNES, E. B. (eds.). **Ordenações del Rei D. Duarte**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1988.

Arquivo Nacional da Torre do Tombo. **Chancelaria de D. Fernando**. (Abreviatura Chanc.DF).

AUTRAND, F. (ed.). **Prosopographie et Genese de l'État Moderne**. Actes de la table ronde organisée par le Centre National de la Recherche Scientifique et l'École Normale Supérieure de jeunes filles (1984). Paris: Centre National des Lettres e Centre National de la Recherche Scientifique, 1986

AZEVEDO, P. de. A Chancelaria de D. Afonso IV. **Boletim da Segunda Classe**, Coimbra, v.VI, p. 180-5, 1913.

BENTO, M. **Subsidios para a História do Direito Português**: notas dos Portugaliae Monumenta Historica. Lisboa: União Gráfica, 1941.

CAETANO, M. **História do Direito Português**: fontes - Direito Público (1140-1495). 2ª ed., Lisboa/ São Paulo: Editorial Verbo, 1985.

COSTA M. J.de A.; NUNES, E. B. (eds). **Ordenações Afonsinas**. 2ª ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian,1998, v.5.

FARIA, A. M. de (ed.). **Livro de Linhagens do Século XVI**. Lisboa: Academia Portuguesa de História, 1956.

FERNANDES, F. R. O discurso e o poder na obra de Pedro Afonso, Conde de Barcelos. In: **Anais do IV Encontro Internacional de Estudos Medievais**, ABREM, PUCMG, FAPEMIG, CNPq, 2003, p. 351-356.

FERNANDES, F. R. A condição de bastardo na Baixa Idade Média portuguesa. In: **Anais da XXI Reunião Anual da Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica**. Curitiba: SBPH, 2002, p. 89 – 96.

FERNANDES, F. R. **Comentários à legislação medieval portuguesa de Afonso III**. Curitiba: Juruá, 2000.

FERNANDES, F. R. Discursos e estratégias de poder na Idade Média Peninsular. In: **Atas do VII Encontro Internacional de Estudos Medievais**, Fortaleza: ABREM/UFCE, 2007.

FERNANDES, F. R. Discursos e estratégias de poder na Idade Média Peninsular. In: **Atas do VII Encontro Internacional de Estudos Medievais**, Fortaleza: ABREM/UFCE, 2007.

FERNANDES, F. R. Estratégias de legitimação linhagística em Portugal nos séculos XIV e XV. **Revista da Faculdade de Letras. Série de História**, Porto, vol. 7, p. 263 – 284, 2007.

FERNANDES, F. R. Estratégias de legitimação linhagística em Portugal nos séculos XIV e XV. **Revista da Faculdade de Letras. Série de História**, Porto, vol. 7, p. 263 – 284, 2007.

FERNANDES, F. R. O modelo de *criatio* régio e senhorial em Portugal (séc. XIV). In: **Anais da XXIII Reunião Anual da Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica**. Curitiba: SBPH /Secretaria Estadual de Educação do Paraná /CNPq, 2004, p. 179 – 186.

FERNANDES, F. R. O modelo de *criatio* régio e senhorial em Portugal (séc. XIV). In: **Anais da XXIII Reunião Anual da Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica**. Curitiba: SBPH /Secretaria Estadual de Educação do Paraná /CNPq, 2004, p. 179 – 186.

FERNANDES, F. R. The Pereiras in Portuguese Medieval Sources. **Medieval Prosopography**, Kalamazoo, EUA, vol. 26, 2009, p. 165-82.

FERNANDES, F. R. A participação da nobreza na expansão ultramarina portuguesa. **Revista Estudos Ibero-Americanos**, Porto Alegre, PUCRS, p. 107-124, 2000.

FERNANDES, F.R. A participação da nobreza na expansão ultramarina portuguesa. **Revista Estudos Ibero-Americanos**, Porto Alegre, PUCRS, p. 107-124, 2000.

FERREIRA, M. E. C. Manuel I. In: **Dicionário de História de Portugal**. Porto: Figueirinhas, v.4, p. 157- 60.

FERREIRA, M. E. C. Manuel I. In: **Dicionário de História de Portugal**. Porto: Figueirinhas, v.4, p. 157- 60.

FREIRE, A. B. **Os Brasões da Sala de Sintra**. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1921-30.

GOMES, S. A, Chancelarias Medievais Portuguesas: observações acerca da sua produção documental latina e vernacular. In: **Actas do IV Congresso Internacional de Latim Medieval Hispânico**. Lisboa, 2005, p. 546-549.

GUIMARÃES, M. L. **Estudo das representações de monarca nas Crônicas de Fernão Lopes (séculos XIV-XV)**. Tese policopiada defendida junto ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Paraná, 2004.

HEINZ, Flávio M. (org). **Por outra história das elites**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

HOMEM, L.A de C. **O Desembargo Régio (1320-1433)**. Porto: Centro de História da Universidade do Porto-INIC, 1990.

HOMEM, L.A de C.; DUARTE, L. M. e MOTA, E. P. Percursos na burocracia régia (séculos XIII-XV). In: **Separata das Actas do Colóquio A Memória da Nação**. Lisboa, 1987.

KRUS, L. Escrita e poder nas Inquirições de Afonso III. **Estudos Medievais**, Porto, v.1, p. 59-79, 1981.

LOPES, Fernão. **Crónica de D. Pedro I**, ed. Damião PERES, Porto: Civilização. 1965. (Abreviatura CDP).

LOPES, Fernão. **Crónica de D. João I**. 1ª p. MORENO, H. B. e SÉRGIO, A.(Eds.). Lisboa: Civilização, s/d. (Abreviatura CDJI, 1).

LOPES, Fernão. **Crónica de D. João I**. 2ª p. ALMEIDA, M. L. de e BASTO, A. de M. (Eds.). Barcelos-Porto: Civilização, 1990. (Abreviatura CDJI, 2).

MARQUES, A. H. de **O Portugal na Crise dos Séculos XIV e XV**. Lisboa: Ed. Presença, 1986.

MARQUES, A. H. de Oliveira (org). **Chancelarias Portuguesas**. D. Afonso IV. Lisboa: INIC / Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, 1990. 3 vols.

MOXÓ ORTIZ DE VILLAJOS, S. de. De la nobleza vieja a la nobleza nueva, In: **Cuadernos de História** (anexos da **Revista Hispânia**), Madrid: Instituto Jerónimo Zurita, v.3, p. 1-210, 1969.

PIEL, J. e MATTOSO, J. (eds). *Portugaliae Monumenta Historica...*, Nova Série, "Livros Velhos de Linhagens". **Scriptores**, Livro de Linhagens do Conde D. Pedro. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, v. II/1-2, 1980.

REMÉDIOS, Mendes dos (Ed). **Chronica do Condestabre de Portugal Dom Nuno Alvarez Pereira**. Coimbra, 1911.

SANTOS, Frei M. dos. **Monarquia Lusitana**, Lisboa: INCM, 1988.

SILVA, N. J. E. G. e RODRIGUES, M. T. C. (eds). **Livro das Leis e Posturas (1249-1393)**. Lisboa: Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, 1971.

TERTÚLIA BIBLIÓFILA. **O primeiro livro impresso em Portugal**. Disponível em: <<http://tertuliabibliofila.blogspot.com.br/2009/08/o-primeiro-livro-impresso-em-portugal-2.html>>.

VENTURA. L. **A Nobreza de Corte de Afonso III**. Coimbra: Editora da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2010. 2 v.

Recebido em: 19/01/2013
Aprovado em: 19/02/2013